

Artigo

A mobilidade do trabalho no Haiti entre os séculos XIX e XXI

  LUCIANA DIAS GONTIJO SOARES

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte,
Minas Gerais, Brasil.

lucianageo.gontijo@gmail.com

Nº: 115

Ano: 2026

SOARES, Luciana Dias Gontijo. A mobilidade do trabalho no Haiti entre os séculos XIX e XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 115, p. 60–84, 2026. <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i115.3877>.

Recebido em: 20 de maio de 2025

Aceito para publicação em: 31 de outubro de 2025

Editor responsável: Thell Rodrigues



A mobilidade do trabalho no Haiti entre os séculos XIX e XXI

Resumo

O Haiti, uma das colônias francesas mais ricas, se tornou o país mais pobre do continente americano e a migração internacional é uma de suas marcas. Partimos da questão migratória para pensar a mobilidade da força de trabalho haitiana para além de sua dimensão espacial, buscando em sua história passada e recente as diferentes formas desta mobilização e as estratégias para implementá-las. A análise se inicia após a Revolução de 1804 e é dividida em três partes: a primeira, situada no século XIX, abarca o processo de formação do Estado, a dupla dívida com a França e a tentativa de implementação do Código Rural; a segunda apresenta as relações entre a intervenção militar estadunidense durante o início do século XX e a modificação da Constituição haitiana sobre a aquisição de terras; e a terceira discorre sobre a entrada em cena de organismos de ajuda humanitária e instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. As reflexões apresentadas foram desenvolvidas a partir da participação em projeto de extensão constituído por formação teórica, realizada ao longo de 2024, e atividades de campo realizadas na República Dominicana e no Haiti entre o final de janeiro e o início de fevereiro de 2025. Como referências teóricas, além da análise marxiana de Jean Paul-de Gaudemar sobre a mobilidade do trabalho, foram utilizados intelectuais haitianos e de outros países, obras clássicas, pesquisas contemporâneas que tratam do tema, e reportagens jornalísticas.

Palavras-chave: Migrações; Caribe; territorialização do capital.

Labor mobility in Haiti between the 19th and 21th centuries

Abstract

Haiti, once one of the richest French colonies, has become the poorest country in the Americas, and international migration has become one of its defining features. We began with the issue of migration to reflect on the Haiti's labor mobility beyond its spatial dimension, exploring both its past and recent history to identify the various forms of this mobility and the strategies used to implement them. The analysis begins after the 1804 Revolution and is divided into three parts: the first, situated in the 19th century, covers the process of state formation, the double debt with France, and the attempted implementation of the Rural Code; the second relates the the U.S. military intervention in the early 20th century and the changes to the Haitian Constitution regarding land acquisition; and the third discusses the emergence of humanitarian aid organizations and international financial institutions, such as the IMF and the World Bank. The reflections presented were developed as part of an extension project composed of theoretical training conducted throughout 2024 and field activities carried out in the Dominican Republic and Haiti between late January and early February 2025. As theoretical references, in addition to Jean Paul-de Gaudemar's Marxist analysis of labor mobility, the work draws on Haitian and international intellectuals, classical works, contemporary research on the topic, and journalistic reports.

Keywords: Migrations; Caribbean; capital territorialization.

Introdução

De Norte a Sul, diversos Estados nacionais fazem parte do destino de milhares de emigrantes haitianos. Instabilidade política, violência, pobreza e catástrofes naturais estão entre os principais motivos que levam estas pessoas a saírem em busca de um emprego e de uma vida melhor, o que torna o Haiti um grande provedor da mercadoria força de trabalho. Partimos da questão migratória para pensar a mobilidade do trabalho de maneira mais ampla, buscando na história passada e recente do país os processos que configuram as diferentes formas desta mobilidade. Ao mesmo tempo em que possui elementos comuns à história latino-americana, as particularidades haitianas, especialmente a Revolução de 1804, protagonizada por escravizados em um contexto em que a escravidão e a exploração colonial ditavam o mote da acumulação no processo de instituição do capitalismo, fizeram com que a formação deste Estado nacional fosse vista como uma ameaça e marcada por inúmeras intervenções internacionais. Estas influências estrangeiras, ainda em curso, se encontram na raiz dos processos que fizeram com que o Estado haitiano fosse interpretado por alguns como sendo “falido”, “terceirizado”, que atuasse contra a nação (Trouillot, 1990) ou, ainda, que fosse classificado como “*aid state*”, isto é, dependente de ajudas humanitárias (Johnston, 2024). Isto porque, para além da crise institucional e política¹, que parece ser permanente, serviços comumente associados ao Estado, como aqueles ligados à saúde, educação, geração de energia, saneamento básico, etc., são inexistentes, deficitários, ou inteiramente fornecidos por instituições privadas e organismos humanitários. Além disso, medidas estabelecidas por diversos governantes ao longo do tempo beneficiaram largamente empresas estrangeiras em detrimento de suprir as necessidades da própria população, conforme veremos no decorrer deste texto.

As origens da primeira república negra² (Casimir, 2007) estão conectadas, dentre outros fatores, aos preceitos da Revolução Francesa, sobretudo o de liberdade, embora os franceses contraditoriamente tivessem mantido a escravidão em suas colônias após 1789. Vale ressaltar que o sistema republicano de governo também é burguês e, como tal, pautado pelos ideais capitalistas. Este fato estabelece a contradição que marcou a constituição do Estado haitiano o qual, embora tenha nascido de uma revolução de escravizados, precisou moldar-se às necessidades impostas pelo

¹ Além do assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 2021, e da escalada da violência na capital, tomada por grupos armados, a História haitiana é marcada por golpes de Estado, revoltas populares, disputas de poder e constante troca de governantes.

² Em 1804 Jean-Jaques Dessalines proclamou a República no Haiti. Após seu assassinato, em 1806, o país foi dividido, mantendo o regime republicano no Sul sob liderança de Alexandre Pétion, e estabelecendo a monarquia no Norte, sob comando de Henri Cristophe, que foi coroado rei. Em 1822, após suicídio de Henry Cristophe, Jean-Pierre Boyer efetivou a centralização política do Haiti sob regime republicano (Casimir, 2007).

regime de acumulação, baseado na exploração do trabalho e nas trocas comerciais internacionais (Marx, 2013)

Casimir (2007) afirma que para compreender a estrutura política haitiana é necessário determinar a natureza dos grupos sociais presentes no momento de sua emancipação. Segundo ele, em 1804 uma porção significativa da população do recém-criado Haiti era composta por africanos recém-chegados e *criollos*³ de primeira geração. Assim, havia uma concepção própria de trabalho e de liberdade, e o sonho de um futuro melhor não incluía a escravidão – declarada ou disfarçada – que propõe o Estado da sociedade colonial e burguesa. Por este motivo, seria materialmente impossível restabelecer a *plantation* após a Revolução de 1804, independente da riqueza que este tipo de produção pudesse gerar. O autor analisa que há uma oposição objetiva entre os trabalhadores coloniais e seus senhores que difere essencialmente da oposição entre os trabalhadores “livres” e seus patrões: enquanto estes reivindicam melhorias das condições de trabalho e remuneração, aqueles rechaçam sua condição de cativos e esta resistência anula toda forma de negociação entre interesses econômicos e sociais. Este aspecto é fundamental para compreender os rumos tomados pelo Haiti pós-independência.

Ao longo do século XIX, o país foi marcado por embates entre uma política oficial que buscava manter a produção de monoculturas em larga escala voltada para exportação – a *plantation* –; e a objeção dos trabalhadores em executá-la, baseada numa ideia de “contra-*plantation*”, isto é, de construção de uma sociedade centrada estritamente nas próprias necessidades. Este conceito, desenvolvido por Casimir (2007), pode ser definido como uma oposição consciente ao modelo de produção colonial, estabelecida por meio da ocupação coletiva de terras e da produção de cultivos variados para a subsistência. Assim, se pode dizer que a política oficial priorizava as demandas do país às demandas de sua população, constituída majoritariamente pelos trabalhadores rurais (Casimir, 2007).

Na análise marxiana de Gaudemar (1977), o agente real da produção capitalista é a força de trabalho. Para ele, a mobilidade do trabalho está diretamente relacionada à transformação desta força em mercadoria e este processo passa pela “liberdade”: a transformação do dinheiro em capital exige que o trabalhador seja inteiramente livre, isto é, disponha livremente de sua força de trabalho como uma mercadoria que lhe pertence e não tenha nenhuma outra para vender, sendo, desta maneira, “livre de tudo” ou completamente desprovido das coisas necessárias à realização da sua força de trabalho. Assim, a mobilidade do trabalho é, em primeiro lugar, “a condição de exercício

³ *Criollos* são negros libertos provenientes de “grupos de cativos nascidos na colônia, cujo pensamento e caráter são forjados por um processo de ‘criollização’ (Casimir, 2007, p. 30).

de sua ‘liberdade’ de se sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital” (Gaudemar, 1977, p. 190). Trata-se, então, da produção da mercadoria força de trabalho e seus processos de utilização e circulação, tanto a circulação geográfica – migrações – quanto sua circulação social, que passa pela monetarização e precarização. Boechat (2019, p. 1209), por sua vez, a considera como sendo “uma prática social em processo que define padrões de territorialidade: território do capital em processo”. Assim, “[...] A mobilização do trabalho é uma característica intrínseca ao processo de modernização [...]” (idem, p. 1209).

Os embates entre o Estado e os ex-escravizados ao longo do século XIX centralizaram-se nas tentativas dos dirigentes de mobilizar a população para o trabalho e da resistência dos trabalhadores a submeterem-se ao capital. A propriedade da terra encontra-se no cerne desta questão. Trata-se dos mecanismos de violência econômica e extra-econômica que caracterizam a acumulação primitiva (Marx, 2013). Se, em um primeiro momento estes mecanismos eram executados pelo Estado nacional, nos séculos XX e XXI eles passaram a ser exercidos também a partir de intervenções estrangeiras, que os aprofundaram e promoveram novas estratégias de mobilização. Estas levaram ao incremento do êxodo-rural, à emigração em massa e à existência de um número cada vez maior de desempregados e trabalhadores informais que dependem da “viração” para sobreviver, isto é, das formas de trabalho que tornam rendimentos efêmeros: “de bicos intermitentes à institucionalização coagida ou forçada, de uma ação criminosa arriscada a uma tentativa precária de empreendedorismo. [...] Tudo é viração, o malabarismo constante para continuar no jogo” (Canettieri, 2023, p. 5).

Neste texto, analisaremos algumas das estratégias de mobilização do trabalho no Haiti, a partir da Revolução de 1804, com objetivo de contribuir para a compreensão da realidade deste país na contemporaneidade. As reflexões apresentadas foram desenvolvidas a partir da participação em projeto de extensão sobre América Latina, constituído por formação teórica, realizada ao longo de 2024, e de atividades de campo efetuadas entre os dias 30 de janeiro e 5 de fevereiro de 2025. Devido às estreitas relações históricas e políticas entre o Haiti e a República Dominicana, bem como pelo fato de a antiga colônia espanhola ser um dos principais destinos de imigrantes haitianos, visitamos diferentes localidades em ambos os países. Na República Dominicana, estivemos durante oito dias na capital, Santo Domingo e, na cidade fronteiriça de Dajabón, onde permanecemos por dois dias; No Haiti, por questões de segurança, nossa visita se restringiu à região norte. Estivemos em Labadie⁴, Milot e em comunidades rurais localizadas ao longo do percurso entre Ouanaminthe

⁴ Os nomes das localidades haitianas que possuem tradução para o português serão escritos nesta língua. Aqueles para os quais não há tradução serão escritos conforme grafia de documentos oficiais do país, em francês.

e Cabo Haitiano, cidade que foi nossa base e na qual permanecemos por mais tempo (cinco dias). Dialogamos com pessoas de diferentes grupos, dentre eles, trabalhadores, organizações camponesas, acadêmicos, movimentos sociais, jornalistas e organizações de ajuda humanitária. Na região fronteiriça, estivemos na Companhia de Desenvolvimento Industrial de Ouanaminthe (CODEVI), complexo fabril situado no território de ambos os países e cujos trabalhadores são majoritariamente haitianos. Exceto para chegar a Labadie, cujo trajeto foi realizado também por barco, nosso deslocamento pela América Central foi feito por terra, utilizando companhias de viagem dominicanas, ônibus da Université d'Etat d'Haïti, que nos apoiou ao longo das atividades, e os diferentes transportes coletivos disponíveis. Desta maneira, pudemos observar um pouco da dinâmica migratória, da fiscalização, do comércio fronteiriço e de algumas atividades econômicas urbanas e rurais. Os diálogos estabelecidos com as populações locais foram essenciais para levantar as questões e os elementos que subsidiaram a escrita deste texto. Como referências teóricas foram utilizados intelectuais haitianos e de outros países, obras clássicas e contemporâneas que tratam do tema, além de reportagens jornalísticas.

O Haiti pós-revolução: liberdade e mobilidade do trabalho

O século XIX foi um período de formação do Estado nacional haitiano e de transição de um regime colonial escravocrata para um regime republicano “livre”. Para o Estado, a liberdade estava ligada ao reconhecimento internacional da soberania do país e à sua inserção no mercado global. Para tanto, era necessário o restabelecimento da *plantation*. Já para a grande massa da população, a liberdade estava relacionada ao direito de trabalhar em suas próprias terras. Diante disso, Trouillot (1990, p. 44, tradução nossa) avalia que “apesar de o Estado e a Nação haitiana terem tomado forma ao mesmo tempo e como parte do mesmo processo revolucionário, eles foram lançados em direções opostas”. Para o autor, esta oposição encontra-se na raiz do afastamento entre o Estado e a nação, conforme exemplificam a atuação dos primeiros chefes de Estado haitianos e a reação da população. Jean-Jacques Dessalines (1804-1806), Henry Christophe (1807-1820), Alexandre Pétion (1807-1818) e Jean-Pierre Boyer (1818-1843)⁵, a despeito de suas divergências, concordavam em dois aspectos essenciais: a abolição permanente da escravidão; e a necessidade de manter a produção em larga escala para exportação, sendo indispensável, para tanto, a implementação de um sistema de trabalho que produzisse resultados similares àqueles do regime escravocrata

⁵ a sobreposição entre os governos de Alexandre Pétion, Henry Christophe e Jean-Pierre Boyer refere-se à divisão da ilha em Norte e Sul e à sua reunificação (ver nota 2).

(Trouillot, 1990). Exceto Alexandre Pétion, todos estes dirigentes sofreram com revoltas⁶ da população camponesa.

Iremos nos debruçar sobre a atuação de Jean-Pierre Boyer, uma vez que seu governo foi marcado por diversas ações modernizadoras. Ele promoveu, após a morte de Henry Christophe, a reunificação política do país e a unificação territorial da Ilha de Hispaniola, anexando ao Haiti o território que atualmente pertence à República Dominicana; assinou⁷, em 1825, o acordo com a França que culminou na dívida que comprometeu profundamente a economia do país; e estabeleceu uma série de leis⁸ que deveriam substituir os códigos napoleônicos, em vigor desde 1816 (Pereira, 2020). Uma vez que o aparato jurídico é o representante da violência extra-econômica que legitima o processo de separação do trabalhador de seus meios de trabalho, iremos apresentar algumas relações entre o Código Rural, criado com objetivo de controlar a produção e o trabalho no campo, e suas relações com a mobilidade da força de trabalho.

Os pontos fundamentais para a construção do Código Rural foram o disciplinamento do trabalhador por meio de métodos punitivos, e a produção de excedentes para exportação. Desta maneira, a realização de festas, a locomoção, e outras formas de liberdade foram restringidas (Pereira, 2020). É possível traçar um paralelo entre estas normativas e as formulações de Gaudemar (1977). Segundo ele, os dispositivos de controle do trabalhador e do ritmo de produção, característicos da mobilidade da força de trabalho, fazem parte de como o poder capitalista sujeita os corpos dos homens, conforme pode ser observado na citação a seguir:

[...] A disciplina capitalista assegura a repartição dos indivíduos no espaço, de modo que cada indivíduo tenha o seu lugar e cada lugar o seu indivíduo, num vasto dispositivo de enquadramento das actividades e dos espaços. [...] Como “disciplina”, [...] a economia política assegura a repartição dos indivíduos no espaço e a distribuição dos papéis funcionais dos diferentes espaços, enquadra e codifica as actividades, estende as estratégias de desenvolvimento e as táticas de equilíbrio, manobra, põe a funcionar todas as forças de trabalho. [...] Uma das particularidades da mobilidade do trabalho é estar no centro desses dispositivos (Gaudemar, 1977, p. 50).

Pereira (2020) afirma que a intenção do Código Rural era criar um “trabalhador ideal”, o qual deveria arrendar terras, dividir a produção, e pagar impostos fundiários e de exportação. Em nossa interpretação, a construção deste “modelo” constituiria o processo de mobilização da força de

⁶ Jean-Jacques Dessalines foi assassinado em uma emboscada fruto da insurreição popular, também encabeçada pelos dirigentes que queriam a privatização da terra; Henry Christophe tirou a própria vida após uma revolta popular contra suas políticas econômicas; e Jean-Pierre Boyer fracassou em implementar o Código Rural devido à resistência dos trabalhadores, além de ter sido deposto em uma insurreição (Casimir, 2007).

⁷ Vale ressaltar que, embora Boyer desejasse realizar um acordo com a França, ele não concordava com os termos estabelecidos pela antiga metrópole, dentre eles o pagamento da dívida. No entanto, caso não assinasse, a França invadiria o país iniciando uma nova guerra.

⁸ Além do Código Rural, a legislação haitiana da época era constituída pelo Código Civil, Código de Instrução Criminal, Código do Comércio e Código Penal (Pereira, 2020).

trabalho porque, nas palavras de Gaudemar (1977, p. 192), a mobilidade “funda a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo assim, definitivamente, o trabalhador “livre” do escravo ‘cuja capacidade de trabalho é estável e só se emprega de maneira tradicional e local [...]’”. Para o autor francês, a mobilidade da força de trabalho pode ser analisada a partir de 3 dimensões: 1ª) a produção das forças de trabalho, momento em que o trabalhador adquire sua mobilidade; 2ª) a utilização das forças de trabalho, o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital, isto é, a mobilidade submete-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho; 3ª) a circulação das forças de trabalho, momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, ou seja, o trabalhador submete-se ao deslocamento de uma esfera de atividade para outra, ou se desloca para onde obtiver um melhor salário. Se percebe, a partir destas considerações, que a mobilidade da força de trabalho refere-se ao deslocamento espacial, mas é mais abrangente, incluindo a mobilidade no tempo, relacionada às transformações na organização e na jornada de trabalho; e, também, a social, ligada à monetarização/precarização da vida.

As regras do Código Rural relacionadas aos militares são um bom exemplo destas diferentes dimensões. Devido à sua atuação na Revolução de 1804, no século XIX o exército era uma das instituições mais importantes do Estado nacional haitiano e seus membros ocupavam uma posição importante na hierarquia social. Contudo, de acordo com Pereira (2020), o salário do soldado era muito baixo quando comparado ao de oficiais de outras patentes, o que fazia com que ele precisasse buscar outros trabalhos, incluindo a produção agrícola, para garantir a reprodução de seus meios de vida. Sua jornada era mais “flexível” quando comparada à de outros produtores rurais, os quais possuíam contratos longos associados a uma propriedade específica. Tal flexibilidade reflete uma das formas da mobilidade do trabalho, pois: “o soldado poderia trabalhar por dia, por tarefa, por semana ou por mês, a depender do que fosse acordado entre ele e o empregador” (Pereira, 2020, p. 71). Esta adaptação se enquadra na dimensão da utilização das forças de trabalho, na medida em que “a mobilidade é a capacidade da força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior” (Gaudemar, 1977, p. 194). Soma-se a isso o fato de que o Código Rural também garantia que o soldado-agricultor pudesse ser remanejado para outras funções sem pagamento adicional, como aquelas relacionadas às obras públicas ou às manutenções da propriedade, incluindo a conservação de canais de irrigação, cercas e hortas. Este deslocamento entre esferas de atividade, que também ocorria com os agricultores civis que compunham a grande massa de trabalhadores do campo, pode ser considerado como parte da dimensão da circulação.

Há, no entanto, uma diferença fundamental entre Pereira (2020) e Gaudemar (1977): a concepção de liberdade. Em diversos momentos do texto, Pereira (2020) questiona o caráter “livre” do trabalho no Haiti do século XIX tendo em vista as restrições de negociação e circulação impostas pelo Código Rural, e os métodos coercitivos legitimados pela lei. A autora também considera que a maior flexibilidade dos soldados significava maior “liberdade” em relação aos outros trabalhadores. Gaudemar (1977), por sua vez, analisa que a mobilidade do trabalho é, justamente, a condição de exercício da “liberdade” de se sujeitar ao capital e, como tal, é essencialmente opressora. Assim, para ele, o capitalismo e a transformação da força de trabalho em mercadoria são uma nova forma de dominação e não de emancipação dos homens. Ainda que os tenha “libertado” dos modos de trabalho anteriores, o autor argumenta, a mercantilização da capacidade de trabalho imposta pelo novo modo de produção encerraria a liberdade.

Seguindo a linha de raciocínio de Pereira (2020), a “imobilidade” dos agricultores civis, em relação aos soldados, pareceria, à primeira vista, incompatível com a teoria da mobilidade. Contudo, Gaudemar (1977, p.39) observa que a mobilidade da força de trabalho trata da gestão dos fluxos dos trabalhadores de acordo não com a lógica própria da vida destes, mas pela lógica do crescimento do capital. Dessa forma, ela é, também, “a possibilidade de dispor dos movimentos dos trabalhadores como axioma inevitável. Um dia móveis, outro imóveis, mas sempre submetidos à regra de acumulação do capital”.

Retomando a história haitiana, é notável que, a despeito dos esforços de Jean-Pierre Boyer, ele não conseguiu implementar o Código Rural devido, principalmente, à resistência da população, pois as relações sociais e de trabalho no campo foram estabelecidas por meio da organização de um espaço coletivo e de um sistema de produção familiar que se opõe à produção em grande escala. O *lakou*⁹, como este espaço é chamado, é parte do que Casimir (2007) chama de “contra-plantation”. Pode-se dizer, então, que o acesso à terra, ainda que irregular, impossibilitou que o trabalho fosse amplamente mobilizado no Haiti do século XIX, marcado como um período de transição. Ainda assim, é possível considerar que este momento representa uma tentativa de produção da mercadoria força de trabalho pelo Estado haitiano, isto é, de fazer com que o trabalhador adquirisse a mobilidade e, com ela, a “liberdade” necessária à instituição do capitalismo.

Aqui cabem algumas ponderações. Gaudemar (1977) faz sua análise a partir do contexto europeu de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Neste caso, o momento da produção das forças de trabalho seria aquele de emancipação do servo, de transformação do dinheiro em capital,

⁹ Este termo compreende mais de um significado, podendo ser quintal, pátio ou famílias que vivem em um mesmo terreno (Pereira, 2020).

e da formação do proletariado. O autor aborda também, a partir da interpretação crítica das formulações de Rosa Luxemburgo, a teoria do imperialismo e a questão colonial. Ele destaca que “o processo pelo qual o capital nasce ou que está em vias de se alargar, se apropria de novas forças de trabalho, constitui uma das formas fundamentais da mobilidade do trabalho [...]. Desde que nasce, e para sempre, o capital adota a violência, as expropriações dos outros modos de produção” (Gaudemar, 1977, p. 356). O Imperialismo seria, então, a última etapa do processo histórico de expansão do capital: “o período da concorrência mundial, acentuada e generalizada dos Estados capitalistas em torno dos últimos vestígios de territórios não capitalistas do globo” (Gaudemar, 1977, p.358). A partir desta perspectiva, a colonização como conquista de novos territórios para o capital, se torna fundamental para a acumulação.

Quando se analisa este processo sob a mirada da periferia para o centro, se nota que, na condição de colônias, a dominação era feita pelo uso da força e da violência direta de maneira que estes territórios constituíram o processo europeu de acumulação, isto é, acumulação primitiva além-mar. Após as independências e formação de novos Estado Nacionais, as estratégias modificaram-se. No caso haitiano, as tentativas de restaurar o sistema da *plantation* constituíram, no entender de Casimir (2007), uma política de colonialismo interno. Não eram, então, uma contradição, mas a condição para que o Haiti se inserisse no mercado global. Por ter sido o primeiro país latino-americano a se emancipar, e por ser formado por trabalhadores “livres” em um contexto no qual prevalecia a escravidão, o Haiti pode ser considerado um laboratório de experimentação de práticas neocoloniais que seriam posteriormente implementadas em outros países periféricos (Trouillot, 1990). Tais práticas englobam, muitas vezes, a dependência econômica, e podem ser observadas desde o século XIX até os dias atuais.

Um exemplo notável são os termos do acordo estabelecido com a França, caracterizado como uma dupla dívida: uma com o governo francês, formalizado como exigência de indenização pela perda das propriedades europeias em solo haitiano; e outra com os bancos franceses, na medida em foi imposto ao país caribenho que a eles recorressem para realizar o empréstimo necessário ao pagamento da dívida. Além disso, nas trocas comerciais entre os dois países, os produtos franceses teriam tarifas reduzidas ou isentas. Mesmo após a assinatura deste acordo, muitos Estados nacionais não reconheceram imediatamente a independência haitiana, levando a ex-colônia ao ostracismo político e econômico (Trouillot, 1990). Os Estados Unidos foram um deles, e esta rejeição teve grande influência nos continentes americano e europeu. Isso não significou, entretanto, que não houvesse relações comerciais entre eles, ainda que informais, desde que o

negócio fosse vantajoso para as grandes potências. Trouillot (1990) traz alguns dados referentes a esta questão:

Em 1821 comerciantes estadunidenses forneciam aproximadamente 45% das importações do Haiti. Inglaterra ocupava o segundo lugar, com 30%. No entanto, se os Estados Unidos vendiam muito, compravam pouco. No mesmo ano, 1821, eles compraram apenas 25% das exportações haitianas, o que fez com que a balança comercial entre os dois países fosse deficitária para o Haiti em quase 79%. [...] Em 1851, o comércio entre Estados Unidos e Haiti era maior em volume do que o comércio entre os Estados Unidos e a maioria dos países da América Latina. Ainda assim, os Estados Unidos não reconheceram a independência do Haiti até 1862. [...] No começo dos anos de 1890, os Estados Unidos forneciam aproximadamente dois terços das importações haitianas [...] (Trouillot, 1990, p. 53-54, tradução nossa).

Se grande parte das importações haitianas eram provenientes de produtos estadunidenses, a França era a maior compradora de sua produção, além de sua principal credora¹⁰. Essa dupla dependência, fruto de políticas e relações neocoloniais instituídas no país caribenho desde o início do século XIX, fez com que a trajetória haitiana fosse contra a corrente, uma vez que a sua própria existência enquanto Estado Nacional representava um desafio geopolítico ou um anacronismo internacional, conforme analisa Trouillot (1990):

[o Haiti] era um exportador agrícola, mas importava produtos primários agrícolas – de fato, um país camponês onde os alimentos ocupavam o topo da lista de importações. Foi um país que nasceu de uma guerra revolucionária, mas era subordinado pelos poderes militares dos Estados Unidos e da França. Era um Estado americano, o segundo do hemisfério, mas a doutrina europeia de não-intervenção era aplicada somente quando era conveniente para os Estados Unidos [...]. Não mais uma colônia, mas um país que se manteve apartado da ordem política internacional concebida como Ocidente, o Haiti nunca se beneficiou completamente de sua independência duramente conquistada em um mundo que não estava pronto para aceitar as implicações de sua existência (Trouillot, 1990, p. 57-58, tradução nossa).

Este aspecto contraditório e anacrônico, bem como as relações comerciais internacionais extremamente desiguais, comentadas por Trouillot (1990) no trecho citado, marcaram profundamente a formação social haitiana. Na virada do século XIX para o XX, o país foi palco da disputa imperialista entre França, Alemanha e Estados Unidos pelo controle do mercado local e pelo domínio dos recursos. Instável politicamente, majoritariamente rural, economicamente dependente e incorporado ao mercado global de maneira desvantajosa, a receita do Estado haitiano era proveniente, principalmente, dos impostos e taxações sobre a produção agrícola. Se as citadas potências dominavam financeiramente o Haiti, por meio das dívidas e do controle do Banque Nationale de la République d’Haiti, maior instituição financeira do país, havia ainda a necessidade de conquista de um mercado que não se encontrava consolidado: o de trabalho. Se no regime escravocrata-colonial as condições de imposição do trabalho eram estabelecidas pela força, no período neocolonial, a sujeição se dava pela liberdade proporcionada pela mobilidade. Até o início

¹⁰ Além da dívida de 150 milhões de francos, estabelecida pelo acordo de 1825, os bancos franceses financiaram dois importantes empréstimos para o Haiti, um em 1875 e outro em 1896 (Trouillot, 1990).

do século XX, a mobilidade do trabalho, ou a completa sujeição do trabalhador “livre” ao capital, não havia sido estabelecida, uma vez que a produção no campo era predominantemente feita por meio do *lakou*. Em outras palavras, se pode dizer que os ex-escravizados ainda não eram completamente “livres” para vender as suas forças de trabalho, tendo em vista que possuíam o acesso à terra. Assim, ao longo dos anos seguintes, a invasão militar estadunidense e as intervenções de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, aprofundariam as estratégias de mobilização.

Sob a mira do fuzil: intervenção militar estadunidense e mobilidade da força de trabalho haitiana

Entre 1915 e 1934, o Haiti viveu sob a imposição militar estadunidense. Dentre os principais motivos desta violenta empreitada estão os interesses econômicos de bancos e corporações, bem como os interesses estratégicos e geopolíticos dos Estados Unidos no Caribe, ligados às rotas comerciais do canal do Panamá. O discurso da “ingovernabilidade” haitiana e seu risco para os interesses estadunidenses e para a própria população da república negra, que sofria com a miséria e a fome, foi utilizado como justificativa da intervenção. Ao mesmo tempo, a “estabilização” deveria ser feita a partir da promoção do desenvolvimento do capitalismo no país (Finazzi, 2022), isto é, da implementação dos mecanismos necessários à territorialização do capital.

O desenvolvimento da infraestrutura no Haiti, sobretudo aquela ligada à produção e circulação de mercadorias, tais como o acesso às tecnologias de produção agrícola e a construção de estradas e ferrovias, era um dos objetivos da invasão. Não foi à toa que o plano de um “magnata das ferrovias”, James P. McDonald, foi utilizado como referência para as ações que se efetivaram após a ocupação (Finazzi, 2022). Em seu plano para a “estabilização” haitiana, ele se apresentou como um “agente dos supostamente coincidentes objetivos corporativos e do governo dos EUA” (Finazzi, 2022, p. 51). McDonald argumentou que:

A coisa mais importante do que qualquer outra para aliviar a condição presente do Haiti, é prover emprego para seu povo [...]. Nesta construção, eu espero dar 25.000 a 50.000 empregos para os trabalhadores haitianos e eu também almejo criar o interesse dos nativos que vivem ao longo da linha da estrada em vários empreendimentos [...] (Link, 2017, p. 67 apud Finazzi, 2022, p. 51).

O projeto civilizatório-modernizador que os Estados Unidos pretendiam implementar no Haiti passava pela necessidade de desarticulação da população rural e sua mobilização para o trabalho. Após a invasão, a Constituição haitiana, que proibia a aquisição de terras por estrangeiros desde a independência, foi reescrita e teve esta cláusula revogada. Tal mudança promoveu uma nova tentativa de restabelecer a produção em larga escala voltada para exportação, sobretudo para

o plantio de cana-de-açúcar e de café, sob comando de empresas estadunidenses, dentre elas, a Haitian-American Sugar Company (HASCO):

Antes da ocupação, a HASCO tinha dificuldade para adquirir terra suficiente na região, mas depois da invasão tudo se tornou mais fácil para a Companhia: eles simplesmente despejaram os camponeses. [...] Mesmo aqueles que não perderam diretamente a terra para HASCO, tiveram dificuldade de pagar as despesas. Os moinhos de cana-de-açúcar substituíram as destilarias locais e pagavam menos aos agricultores pela cana. Os camponeses despejados tinham a opção de trabalhar nos moinhos em troca de salários, mas as condições de trabalho e o pagamento eram deploráveis. [...] Para a Companhia, claro, baixos salários e baixos custos eram o que precisamente era atrativo no Haiti (Dubois, 2012, p.193 tradução nossa).

A aquisição de terras pelas empresas estrangeiras, como a HASCO, promoveu a mobilidade da força de trabalho tanto pela expulsão dos agricultores, impedindo-os de produzir; quanto pela concorrência desleal e desvalorização da produção daqueles que não perderam suas terras. No caso destes, é importante lembrar que deveriam pagar altos impostos e essas taxações eram a principal fonte de recursos do Estado haitiano. As empresas estadunidenses, por sua vez, ampliaram sua acumulação por meio dos baixos custos de produção e dos baixos salários pagos à força de trabalho haitiana. Outra maneira de mobilização do trabalho, ligada ao processo de aquisição de terra por empresas estadunidenses, foi a modificação dos tradicionais sistemas de cultivo realizados pela população rural, conforme explica Dubois (2012):

Muitos camponeses que cultivavam a terra sob o sistema de *métayage*, no qual eles davam metade de sua produção para os proprietários da terra mas mantinham significativa autonomia a respeito de como e o quê iriam cultivar, de repente descobriram que os campos em que eles trabalhavam – em alguns casos por gerações – foram vendidos ou arrendados para corporações americanas [...]. Elas monopolizaram os recursos locais, especialmente a água, e provocaram modificações na economia local que deixaram muitos camponeses cada vez mais empobrecidos (Dubois, 2012, p. 194, tradução nossa).

Além da modificação da Constituição, foi retomada a lei que forçava os camponeses a trabalhar em obras de infraestrutura, de maneira que “este sistema de trabalhos forçados resultou na construção de grandes redes de estradas no país, incluindo a rodovia entre Porto Príncipe e Cabo Haitiano [...]” (Finazzi, 2022, p. 56-57).

Durante o período de intervenção, a mobilização para o trabalho também foi espacial: além do êxodo-rural, se iniciaram ou se intensificaram os fluxos migratórios de haitianos em direção a outros países da América Central. Em Cuba, entre 1913 e 1921, entraram 81.000 haitianos e, entre 1921 e 1930, 114.495; Na República Dominicana, a partir de 1919, entraram cerca de 5.000 haitianos por ano; em 1920, os censos dominicanos registraram 28.258 haitianos no país; e em 1935, 52.657 (Jesus e Goettert, 2021). Em ambos os casos, esta entrada estava relacionada à necessidade de “braços” para trabalhar no cultivo para exportação, sobretudo de cana-de-açúcar, o que fez com que os imigrantes haitianos fossem chamados de *braceros*. Também houve influência direta dos

Estados Unidos ou de empresas estadunidenses neste processo pois, em Cuba, uma das principais empresas que contratavam os haitianos era a United Fruit Company; e na República Dominicana, “o governo militar de ocupação estadunidense formalizou um sistema de contratos regulados para importação desses trabalhadores” (Jesus e Goettert, 2021, p. 25).

Gaudemar (1977) ao analisar o movimento de realocação de indústrias na França, considera que há uma polarização do espaço econômico quando as empresas mantêm suas sedes nos locais de origem e se instalam nos lugares onde a força de trabalho é mais barata. Tal polarização também ocorre no caso que analisamos, com o agravante de que as empresas estadunidenses, além de utilizarem a força de trabalho haitiana no próprio Haiti, mais barata quando comparada à dos Estados Unidos, também mobilizou esta mercadoria para Cuba e para a República Dominicana, locais onde era ainda mais desvalorizada. Segundo o autor,

Paralelamente a esta polarização do espaço económico, desenvolvem-se a um ritmo muito rápido as camadas sociais mais móveis. Pode mesmo dizer-se que algumas delas não têm outra razão de ser para o capital que não seja a sua mobilidade, no sentido mais exaustivo do termo. No essencial, trata-se de trabalhadores temporários [...] da função pública e trabalhadores imigrados (Gaudemar, 1977, p. 25).

Os *braceros* eram trabalhadores sazonais, sendo dispensados em períodos nos quais sua força de trabalho não era necessária. Assim, além de serem mobilizados no espaço, isto é, deslocados para as regiões necessárias ao capital; também eram mobilizados no tempo, se adaptando aos períodos da produção agrícola. Em comparação aos trabalhadores nacionais, o custo da força de trabalho haitiana era menor, o que promovia o aumento da produção de valor. Dessa forma, “a estratégia de otimização da rentabilidade do capital pela mobilidade do trabalho, encontra aí uma de suas principais dimensões políticas” (Gaudemar, 1977, p. 26).

Durante a intervenção militar, os Estados Unidos provocaram uma “transformação não apenas das instituições do Estado haitiano, mas da sociedade haitiana como um todo” (Finazzi, 2022, p. 45). Casimir (2007) analisa que antes da ocupação dos Estados Unidos

os camponeses produziam gêneros exportáveis e víveres sem modificar sua organização social e sobretudo sem que se produzisse excedente de mão de obra agrícola. As leis e os regulamentos de cultivo vigentes recordavam os do resto do Caribe, mas o Estado não pôde impor-se durante o século XIX. As pressões sobre o campesinato concentraram-se no século XX. De 1915 à presidência de Lescot¹¹, os norte-americanos e seus associados estrangularam a economia agrícola, ainda que não tenham conseguido introduzir a economia da *plantation*. Os produtores agrícolas viram-se obrigados a buscar trabalho em Cuba ou na República Dominicana. (Casimir, 2007, p. 83-84, tradução nossa).

Trouillot (1990) considera que a ocupação estadunidense aprofundou os problemas já existentes no Haiti, uma vez que aumentou a dependência econômica e piorou a injustiça fiscal com

¹¹ Foi presidente do Haiti de 1941 a 1946.

aumento de impostos sobre os produtos agrícolas nacionais. Se a situação econômica haitiana estava pior em 1933 do que no período inicial da ocupação, os Estados Unidos beneficiaram-se com essa situação, tendo em vista que seus produtos mantiveram o primeiro lugar nas importações do país caribenho (Trouillot, 1990).

A partir da segunda metade do século XX, as intervenções estrangeiras aparecem sob novas roupagens. Entram em cena as Organizações Não Governamentais (ONGs), as instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e as políticas neoliberais. Este processo, associado à desagregação e expropriação dos pequenos agricultores, aprofunda e promove novas estratégias de mobilização do trabalho, intensificando o êxodo-rural e culminando no crescimento desordenado da capital, Porto Príncipe, no aumento da informalidade e da emigração, sobretudo em direção à República Dominicana e aos Estados Unidos. (Jorge, 2014).

Neoliberalismo e mobilidade do trabalho no Haiti a partir da segunda metade do século XX: Entre bolas de *baseball*, matança de porcos e invasão de arroz

No início da década de 1960 foi criada a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID na sigla em inglês). Se antes prevalecia no país norte-americano uma política agressiva de intervenções militares, a criação desta agência demarca a implementação de uma postura mais “branda” ou “*soft power*”, na qual a influência e o poder são exercidos por meio de ajudas humanitárias. Em alguns casos, estas duas políticas complementam-se, pois “à medida que o esforço militar cresce, a ajuda humanitária também cresce [...]”. O complexo industrial militar ganhou um irmão mais novo, o complexo industrial de ajuda humanitária (Johnston, 2024, p. 70, tradução nossa). O discurso do desenvolvimento – como é possível notar pelo nome da agência – e a importância de atrair investimentos estrangeiros para alcançá-lo, se tornam o pilar das intervenções estrangeiras.

O regime autoritário de Jean-Claude Duvalier (Baby Doc), ocorrido entre 1971 e 1986, foi marcado pela intensificação da diáspora haitiana e pela ampla assistência de organizações estrangeiras no país, entre elas a USAID. Durante seu governo, se inicia um processo de liberalização econômica com a implementação das primeiras zonas industriais, constituídas principalmente por maquiladoras¹² de produção têxtil. Ao longo da década de 1970, o número de trabalhadores

¹² “[...] termo que passou a ser utilizado no México para tratar de indústrias manufatureiras que operam em áreas de livre comércio ou zonas francas. Em geral importam as matérias-primas e bens de capital, sendo responsáveis pelo processamento/montagem de determinados produtos para posterior exportação” (Jorge, 2014, p. 1).

empregados neste tipo de indústria mais que duplicou¹³. A população do campo, já em processo de desagregação, foi mobilizada para a área urbana, levando ao grande adensamento populacional e à periferização de Porto Príncipe. A formação de Cité Soleil¹⁴, por exemplo, uma das regiões mais pobres da capital, está “diretamente associada à implantação da zona franca SONAPI e às promessas de emprego que circundavam este parque industrial” (Jorge, 2014, p. 123).

Dubois (2012) aponta que em 1984 mais de 30 mil haitianos trabalhavam nas fábricas ao redor de Porto Príncipe e, embora todas as bolas de baseball utilizadas nas ligas profissionais dos Estados Unidos fossem produzidas no Haiti, e este país competisse no mercado internacional com países como México, Malásia, Singapura e Hong Kong, houve pouco avanço em relação ao problema da pobreza. O próprio Jean-Claude Duvalier declarou que as indústrias de exportação eram “enclaves com fraco nível de integração na economia” (Dubois, 2012, p. 252, tradução nossa).

Para Gaudemar (1977), as formas da mobilidade do trabalho são constituintes da oferta de trabalho e, como tal, envolvidas no movimento de acumulação do capital. A partir da Lei Geral de Acumulação Capitalista, de Karl Marx, ele comenta que

a acumulação do capital traduz-se no fato de uma parte da mais-valia produzida ser transformada no período seguinte em capital adicional tanto constante como variável. Ora servindo o capital variável de “índice de massa de trabalho posta em movimento”, este capital variável adicional significa crescimento da procura de trabalho e portanto de emprego [...] Daí resulta a fórmula célebre: “a reprodução do capital encerra a do seu grande instrumento de valorização, a força do trabalho. *Acumulação do capital é então ao mesmo tempo crescimento do proletariado*” (Gaudemar, 1977, p. 281, grifos do autor).

Trata-se da formação do “exército industrial de reserva”. Uma vez que a mobilidade do trabalho, como vimos, está relacionada ao processo da produção, utilização e circulação da mercadoria força de trabalho, ela está diretamente implicada no processo de acumulação. Para as empresas estrangeiras que se instalaram no Haiti, o baixo custo da força de trabalho, proporcionado pela grande quantidade de trabalhadores “disponíveis” ou “supranumerários” que compunham o cenário de Porto Príncipe, era o elemento mais atrativo e que lhes proporcionava maiores possibilidades de acumulação, pois “esta sobrepopulação torna-se ‘a mais potente alavanca da acumulação [...]’” (Gaudemar, 1977, p. 284).

Ainda assim, até a década de 1980, 80% da população haitiana vivia no campo (Banco Mundial, 2023, *apud* Frenat e Júnior, 2024). Foram necessárias, então, outras estratégias de expropriação. Dentre elas, se encontram as ajudas humanitárias e o neoliberalismo. No governo de

¹³ O número de empregados (principalmente mulheres) nas maquiladoras passará de 23.900 em 1973, para mais de 30 mil em 1977 e 57.900 em 1978 (Charles, 1978, p. 237 *apud* Jorge, 2014, p.20).

¹⁴ “[...] Bairro fundado no final dos anos 1950 por iniciativa de François Duvalier [...]. Ao longo de décadas, Cité Soleil perdeu completamente as características de um bairro social, como pretendia inicialmente o ditador, e recebeu sucessivas levas de migrantes rurais e vítimas de catástrofes, como incêndios e deslizamentos” (Jorge, 2014, p. 2).

Baby Doc, os Estados Unidos enviaram milhões de dólares ao Haiti para financiar programas de assistência e de ajuda alimentar direta (Johnston, 2024). De acordo com Dubois (2012, p. 253), “Entre 1972 e 1981 [as ajudas humanitárias] totalizaram 584 milhões de dólares (aproximadamente 2 bilhões de dólares hoje), sendo 80% provenientes dos Estados Unidos”. Segundo o autor, encontra-se aí a raiz do processo que transformou o Haiti na chamada “República das Ongs”. Neste período entraram em ação as chamadas Organizações Privadas Voluntárias (OVPs em inglês), que dariam origem às Organizações Não Governamentais (ONGs). Já próximo ao fim do governo de Jean-Claude Duvalier, em 1984

havia pelo menos quatrocentas OVPs, e provavelmente mais, operando no país. Dois anos depois, uma associação haitiana, criada para auxiliar o trabalho de agências voluntárias, relatou que um novo grupo de ajuda humanitária chegava ao Haiti a cada semana. Com o tempo, esse processo criou o que alguns críticos hoje chamam de “República das ONGs”, com uma desconcertante miscelânea de organizações de ajuda estrangeiras desempenhando um papel central na vida econômica e política do Haiti (Dubois, 2012, p. 253, tradução nossa).

Os militares estadunidenses já não estavam em solo haitiano, mas a dependência da ajuda humanitária foi uma forma de dominação econômica e política. Podemos citar pelo menos duas situações em que este tipo de assistência prejudicou a produção agrícola nacional. A primeira delas foi a matança dos “porcos *criollos*”, ainda durante o governo de *Baby Doc*. A segunda, já no século XXI, diz respeito ao projeto de massiva distribuição de alimentos e sementes, chamado WINNER e financiado pela USAID em parceria com a Monsanto. No primeiro caso, de acordo com Dubois (2012), em uma campanha de contenção da gripe suína, realizada pela USAID e pelo governo de Jean-Claude Duvalier, foram recolhidos e abatidos 2 milhões de porcos. Os camponeses receberam, em contrapartida, “porcos brancos” provenientes dos Estados Unidos. No entanto, eles não puderam efetivamente seguir com a criação, pois os “porcos brancos” eram “inadaptados ao clima, adoeciam e morriam. Poucos deles tinham filhotes e estes morriam rapidamente. [...] tinham que ser mantidos em chiqueiros para protegê-los e alimentados com rações especiais – importadas dos Estados Unidos – que os camponeses não podiam pagar” (Dubois, 2012, p. 253, tradução nossa). Os porcos eram fundamentais para a manutenção da vida no campo e esta campanha foi devastadora para a população rural. (Dubois, 2012).

O segundo caso é relatado por Johnston (2024), que nos conta que em 2010, após o terremoto de grande magnitude que atingiu o Haiti, a Monsanto doou ao país 130 toneladas de sementes geneticamente modificadas, alegando que iria contribuir para a revitalização da agricultura haitiana prejudicada pelo desastre natural. Além disso, ONGs e agências da ONU lideraram uma campanha massiva de distribuição de alimentos comprados no exterior, o que arruinou diversos produtores locais. O autor reitera que os agricultores não precisavam de

sementes, sobretudo a de um tipo com o qual nunca haviam trabalhado, mas sim de dinheiro para comprar as sementes disponíveis nos mercados do país. Para ele, havia interesse da Monsanto em conquistar um novo mercado:

Por apenas 80 milhões de dólares por ano, uma pequena fração do que havia sido prometido, doadores estrangeiros poderiam ter comprado de produtores locais todo o arroz necessário para suprir a emergência alimentar. Isso teria proporcionado o estímulo necessário à economia rural e alimentos para aqueles que precisavam. [...] As autoridades humanitárias e a mídia descreviam o Haiti como “o país mais pobre do hemisfério ocidental” [...]. A percepção era de que o Haiti poderia utilizar qualquer ajuda que pudesse receber [...] Esses interesses se alinhavam aos da Monsanto. Assim que os agricultores se acostumassem com as sementes híbridas, que precisavam ser compradas anualmente, a empresa teria um novo mercado (Johnston, 2024, p. 63, tradução nossa).

Para Dubois (2012), os dois elementos que promoveram profundas transformações no Haiti a partir da década de 1980, e que ainda hoje impactam o país, são a presença massiva desses grupos estrangeiros de ajuda humanitária e a diáspora haitiana. Segundo o autor, “na década de 1980, os haitianos se tornaram a exportação mais significativa do país” (Dubois, 2012, p. 254, tradução nossa). Sob o governo de François Duvalier (Papa Doc, 1957-1971), a emigração estava ligada às perseguições políticas e o perfil dos haitianos que deixaram o país era de intelectuais e outros profissionais liberais. Já na época de seu filho e sucessor, Jean-Claude Duvalier, esse perfil ampliou-se para a população pobre, que partia em embarcações precárias em direção aos Estados Unidos e a países caribenhos, estabelecendo o fenômeno conhecido como *boat people* (Jesus e Goettert, 2021).

No final do século XX, com o fim da Guerra Fria e o contexto propício para a conquista de novos mercados, entram em cena os programas neoliberais de ajuste estrutural promovidos pelo FMI e pelo Banco Mundial. O Haiti, que sofria com instabilidade política desde o fim do regime autoritário da família Duvalier, foi um dos mais impactados por estes programas e, atualmente, é considerado pela Organização Mundial do Comércio um dos países mais liberais da América Latina e do Caribe (Frenat e Júnior, 2024). A liberalização do comércio haitiano promoveu uma concorrência desleal entre a produção agrícola local e os produtos estrangeiros, que passaram a entrar massivamente no país, provenientes principalmente dos Estados Unidos. O caso do arroz é um exemplo emblemático. Em 1994, o presidente Jean-Bertrand Aristide¹⁵, que havia sofrido um golpe militar e se exilado nos Estados Unidos, retornou à presidência sob escolta de tropas estadunidenses e com a condição de seguir a doutrina econômica neoliberal, implementando um programa de reforma do FMI que incluía a redução das tarifas de importação. No caso do arroz,

¹⁵ Aristide foi eleito em 1991 e, no mesmo ano, foi retirado do poder após um golpe militar. Retomou seu cargo em 1994, com apoio dos Estados Unidos, governando o Haiti até 1996. O chefe de Estado esteve novamente à frente do país entre 2001 e 2004

a redução das tarifas passou de 55% em 1986 para 35% em 1989 e 3% em 1995. E, recentemente, em 2019, o Ministério da Economia e Finanças do Haiti anunciou a suspensão temporária do Imposto sobre o Valor Adicionado sobre o arroz importado (FAO, 2019). Portanto, atualmente, o arroz externo ingressa no país sem nenhuma tarifa aduaneira (Frenat e Júnior, 2024, p. 11).

Este é um dos principais produtos da base alimentar haitiana. Até o final da década de 1980 o país caribenho era autossuficiente em sua produção (Johnston, 2024; Frenat e Júnior, 2024; Dubois, 2012). Após a redução das tarifas, o Haiti tornou-se um dos principais compradores do arroz produzido pelos Estados Unidos¹⁶. O aumento exponencial das importações deste produto acompanha uma drástica redução da produção nacional:

a partir do início dos anos 1990, as importações superam a produção doméstica e seguem atualmente em níveis bastante superiores. Fazendo uma média dos últimos dez anos (2012-2022), a produção nacional encontra-se em 160 mil toneladas, enquanto as importações alcançaram 461 mil toneladas. E, desde os anos 2000, praticamente três quartos do cereal consumido no Haiti provêm do exterior (FAOSTAT, 2024 apud Frenat e Júnior, 2024, p. 12).

Segundo os autores, 85% da produção de arroz no Haiti é realizada por pequenos produtores. Este é mais um exemplo do processo de expropriação da população rural haitiana e a sua consequente mobilização para o trabalho, pois a invasão do arroz de Miami no Haiti foi concomitante ao processo de “invasão” haitiana em Miami (Johnston, 2024). Em outras palavras, o longo processo de expropriação dos camponeses, do qual a problemática do arroz faz parte, está diretamente relacionado à emigração. Além dos Estados Unidos, Cuba e República Dominicana, já citados, Canadá, França, Porto Rico, Bahamas, Chile, Venezuela, Equador e Brasil, são outros exemplos de destinos de imigrantes haitianos (Jesus e Goettert, 2021). Durante o regime da família Duvalier, é estimado que pelo menos 15% do total da população tenha deixado o Haiti (Dubois, 2012). Este número continua a crescer, sobretudo com o aumento da precariedade e da violência no país. A emigração foi tão significativa que chegou ao ponto de terem se formado territórios haitianos transnacionais, ou “pequenos Haitis” no interior do território de outros países:

No início da década de 1980, o Haiti tornou-se o que permanece até hoje: um vasto e aparentemente ilimitado território composto por comunidades não apenas dentro das fronteiras do país, mas em Boston, Nova Iorque, Miami, Montreal, Paris, Guadalupe, Guiana Francesa, Bahamas além de vários outros lugares. Esta diáspora foi nomeada posteriormente de “décimo departamento” – um suplemento internacional para os nove distritos oficiais dentro do Haiti – como uma forma de reconhecer tanto o quão essencial essa diáspora é para o presente e o futuro do Haiti, quanto o quão firmemente estabelecidos estes emigrantes se tornaram nas terras que adotaram (Dubois, 2012, p. 255, tradução nossa).

As remessas são um importante indicador desses números. De acordo com Jesus e Goettert, (2021), durante os anos 2000, elas representaram entre 3 e 4 vezes o valor das exportações

¹⁶ O Haiti ocupa o terceiro lugar entre os países que mais importam arroz dos Estados Unidos, ficando atrás somente do México e do Japão (Frenat e Júnior, 2024).

haitianas, e a cada ano eram transferidos para o Haiti entre 1,5 e 1,8 bilhão de dólares; entre 2005 e 2014, as remessas representaram entre 20 e 30% do PIB haitiano e, em 2016, o país recebeu desta fonte cerca de 2,4 bilhões de dólares. Estes valores não incluem as transferências informais. Pode-se dizer, então, que o Haiti tornou-se um grande fornecedor da mercadoria força de trabalho. Para Gaudemar (1977), o trabalho de imigrantes representa uma das estratégias de otimização da rentabilidade do capital, pois os trabalhadores nesta condição encontram-se em um triplo gueto - econômico, social e político:

O estatuto político inferiorizante e a fraca qualificação dos imigrados permitem às empresas explorá-los ao máximo [...] mas a sua forte taxa de mobilidade traz igualmente aos capitalistas economias apreciáveis sobre as massas salariais: a rápida rotação de trabalhadores imigrados suprime todas as regalias de antiguidade e permite manter a fraca taxa salarial. Do mesmo modo, os trabalhadores imigrados, que tem uma taxa de actividade superior à média, contribuem para instituições sociais de que só raramente se beneficiam (doença, desemprego, velhice) (Gaudemar, 1977, p. 27).

A superexploração do trabalho de imigrantes haitianos é uma realidade em diversos países. Da população que permaneceu no Haiti, a maior parte vive nos centros urbanos (Banco Mundial, 2023 apud Frenat e Júnior, 2024) e mais de 90%¹⁷ encontram-se na informalidade e dependem da “viração” e das remessas para sobreviver. Em Cabo Haitiano, considerada a capital do norte do país, esta informalidade pôde ser observada durante a realização da atividade de campo. Praticamente todo o comércio da cidade era realizado na rua, por vendedores ambulantes, barracas ou carrinhos de mão. O transporte de passageiros também era uma das principais atividades laborais, sendo realizado por pessoas físicas devido ao fato de não haver transporte público organizado pelo Estado, nem aplicativos como o da Uber.

Além da já citada SONAPI, foram instaladas outras duas zonas francas: a do Complexo Industrial de Caracol e a Companhia de Desenvolvimento Industrial de Ouanaminthe (CODEVI). Esta, visitada durante nossa atividade de campo, foi criada em 2003 por meio de uma parceria entre os governos haitiano/dominicano, organismos e bancos internacionais como a USAID, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Jorge, 2014).

Conforme aferimos em campo, o setor administrativo e trabalhista fica localizado na cidade fronteira de Dajábon (República Dominicana) e é composto majoritariamente por dominicanos. As linhas de produção, por sua vez, se encontram em Ouanaminthe (Haiti), sendo operadas principalmente por haitianos. São feitos produtos têxteis de marcas estadunidenses consagradas, além de fardas militares e equipamentos médicos. Apesar de termos sido conduzidos para uma

¹⁷ Os dados são de 2012 e encontram-se disponíveis na página da Organização Internacional do Trabalho. Outras publicações, como a do Observatório Laboral de Las Américas de 2021 trazem esta mesma referência. Pensamos que a atual situação do Haiti dificulta a aferição de dados mais recentes. Em campo realizado em Cabo Haitiano e outras cidades da região norte do país, pudemos observar que a informalidade era predominante entre as atividades laborais.

caminhada entre as instalações do complexo industrial, a entrada no interior das fábricas e o contato com os trabalhadores haitianos não foram permitidos. A implementação da zona franca em área fronteiriça é estratégica porque permite que a administração seja feita pela República Dominicana ao mesmo tempo em que as regras trabalhistas e a força de trabalho sejam haitianas, cuja disponibilidade é ampliada devido à escassez de trabalho formal no país. Desde a sua criação, já ocorreram greves devido aos baixos salários e ao excesso de trabalho. O pagamento nas fábricas da CODEVI é feito por produtividade¹⁸, isto é, quanto mais se produz, mais se ganha. Além disso, são estabelecidas metas a serem alcançadas e fazer horas extras é prática comum.

Gaudemar (1977) analisa que o índice do grau de exploração ou a taxa de mais-valia é determinada por três fatores: a duração, o grau de intensidade, e o grau de produtividade do trabalho. Todos eles estão relacionados ao tempo/ritmo de trabalho e, segundo o autor, a extração de valor conduz à “utilização da elasticidade-mobilidade da força de trabalho quer seja no tempo empírico (mais-valia absoluta), quer no ‘tempo’ específico do ritmo do período de trabalho [...]” (p. 215). Ele acrescenta que

A primeira forma pela qual se manifesta no tempo a mobilidade da força de trabalho é a extensão máxima da jornada de trabalho [...]. O segundo caso conduz à multiplicidade de actos patronais ilegais [...] São frequentemente pequenos desvios aos regulamentos, como a redução dos tempos de repouso ou das refeições [...] (Gaudemar, 1977, p. 218).

Há denúncias de trabalhadores sobre as condições de trabalho nas zonas francas. Segundo reportagem do *Le Monde Diplomatique* sobre uma greve na zona franca SONAPI, ocorrida em 2004, além da repressão violenta aos trabalhadores “a carga de trabalho foi aumentada. Cada trabalhador devia antes produzir mil peças por dia. Pedem-se a eles agora 1300 por um salário de 35 euros por semana. ‘Ninguém atinge esse objetivo e não ganhamos mais que o equivalente a 12 euros se não atingirmos’” (Lemoine, 2004). Jorge (2014, p. 108), ao entrevistar os trabalhadores das fábricas da CODEVI, aferiu que os salários variavam entre “963 e 1400 gourdes. Apenas um supervisor [...] ganhava 2000 gourdes para trabalhar de segunda a sábado. O salário de um mecânico haitiano era de 1500 gourdes semanais”. Ele comenta que a maioria dos entrevistados se queixava que o salário não era suficiente para pagar os custos de vida. Em 2017, a INTERSINDICAL apurou que as três principais reivindicações dos trabalhadores das fábricas da SONAPI eram: o ajuste do salário mínimo de 350 para 800 gourdes por dia (de 5,5 para 12,6 dólares), além de subsídio para refeição, transporte e alimentação; acesso a serviços sociais; e que as cotas de produção não aumentassem com o aumento do salário.

¹⁸ Esta informação nos foi dada por funcionário da CODEVI em entrevista realizada em campo.

Além da superexploração da força de trabalho haitiana nas maquilas, a construção dos complexos industriais ligados às zonas francas também envolveu processos de expropriação de camponeses. De acordo com Jorge (2014), para implementação da CODEVI foram afetados agricultores proprietários e ocupantes, sendo estes arrendatários e parceiros. Em ambos os casos, o cultivo era predominantemente para subsistência. O mesmo aconteceu em Caracol (idem). Nota-se, então, que o processo de expropriação segue em curso mobilizando, por meio de diferentes estratégias, a força de trabalho haitiana.

Considerações Finais

Ao longo deste texto percorremos mais de duzentos anos da história haitiana selecionando alguns exemplos de como a força de trabalho foi mobilizada no país e apresentando algumas estratégias utilizadas em diferentes épocas. Este longo recorte histórico, ao mesmo tempo em que nos permite uma mirada panorâmica, nos impede de aprofundar e analisar as nuances de cada período, sobretudo em um país complexo como o Haiti. No entanto, nosso intuito não foi o de esgotar a discussão, mas trazer elementos do processo histórico de mobilização do trabalho que contribuíssem para compreensão do Haiti contemporâneo. Pensamos, então, que os exemplos trazidos foram esclarecedores.

Durante o século XIX, o Código Rural foi o instrumento legal de mobilização da força de trabalho. Se para alguns estudiosos suas normativas pareciam incompatíveis com o que seria um trabalho livre, consideramos, a partir das reflexões de Gaudemar (1977), que esta lei era coerente com a liberdade de sujeição ao capital que se estabelece por meio da adaptabilidade promovida pela mobilidade. Assim, ela é essencialmente opressora. No entanto, a resistência da população, simbolizada pelo *lakou* e materializada pela ocupação coletiva da terra, impediu que tal processo se consolidasse, o que faz com que este seja considerado um período de transição.

A tentativa do Estado haitiano de manter os mecanismos coloniais de produção (exceto pela escravatura), embora pareça contraditória, é coerente, pois, para um Estado burguês, é necessário adaptar-se ao regime de acumulação, baseado na exploração do trabalho e nas trocas internacionais. A contradição que se apresenta, então, é o fato de a fundação desse Estado estar ligada a uma revolução de trabalhadores escravizados. O resultado foi o antagonismo entre Estado e nação, evidenciado nas reflexões de Trouillot (1990).

Na primeira metade do século XX, os mecanismos de mobilização da força de trabalho se diversificaram. A intervenção militar estadunidense foi um projeto civilizatório-modernizador que provocou transformações na sociedade haitiana como um todo, especialmente nos sistemas

tradicionais de cultivo. A pressão sobre o campesinato, promovida pela aquisição de terras por empresas estrangeiras e pela concorrência com a produção destas, sufocou a produção local. Como consequência, se criou um excedente de trabalhadores, os quais foram direcionados para outros países da região caribenha, ainda que a *plantation* não tenha de fato sido implementada. O resultado foi a piora do cenário econômico e aumento da dependência.

A partir da segunda metade do século XX, a liberalização econômica do Haiti promoveu uma concorrência desleal entre a produção local, que ainda resistia, e os produtos estrangeiros que começaram a entrar em grande volume no país. Restou a muitos produtores, então, a busca por trabalho assalariado nos complexos industriais transnacionais que se instalam nas zonas francas, a emigração, e a informalidade.

Com base na reflexão crítica apresentada, se pode dizer que a independência haitiana foi aparente, pois a dominação estrangeira do país ocorre, desde o princípio, pelo mecanismo da financeirização: começando com a dívida com o governo e os bancos franceses, e culminando na dívida externa ligada ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, além da dependência comercial, sobretudo em relação à França e aos Estados Unidos. Um dos pioneirismos do Haiti, fruto de seu “pecado original” (a revolução de escravizados), foi ter-se tornado, devido às violentas intervenções estrangeiras, um “laboratório de práticas neocoloniais e imperialistas” (Trouillot, 1990). Assim, as consequências destas práticas apresentam-se de maneira muito mais profunda neste país.

A monetarização da vida, por meio da mobilidade da força de trabalho e do assalariamento, acompanha a desmonetarização do Estado haitiano, o qual, ao perder sua principal fonte de arrecadação, proveniente dos trabalhadores rurais, e se inserir no mercado mundial de maneira extremamente desvantajosa, se vê sufocado pelo endividamento. Junto com o capital externo, vem as imposições econômicas e políticas que levaram este Estado a respirar por aparelhos. Os organismos de ajuda humanitária também contribuíram para a dissociação entre os serviços públicos e as instituições estatais, e ao longo do tempo, passaram a substituí-las. Soma-se a isto, o papel destes organismos internacionais no estrangulamento da produção agrícola local, como os exemplos da matança de porcos *criollos* e da distribuição de alimentos e sementes geneticamente modificadas bem ilustram. O assalariamento da população também é aparente, na medida em que a “viração” e as remessas estão entre as principais formas de acesso ao dinheiro. Em meio a tantas “aparências”, o fato é que o Haiti é o reflexo dos mecanismos que regem a lógica capitalista na periferia mundial.

As reflexões deste texto não abordaram questões relacionadas ao atual estágio da reprodução do capital, caracterizado pela expulsão massiva de trabalho vivo do processo produtivo. Nesse contexto, em diversas partes do globo, a população supranumerária torna-se cada vez maior ao mesmo tempo em que deixa de ser “a mais potente alavanca da acumulação [...]” (Gaudemar, 1977, p. 284). Atualmente percebe-se em alguns países o endurecimento das políticas anti-imigração. A República Dominicana, por exemplo, que no início do século XX necessitava da força de trabalho haitiana e incentivava a entrada desses imigrantes no país, no presente momento, efetiva uma verdadeira caça a eles e a seus descendentes, promovendo violentas e arbitrarias prisões e deportações em massa. Esta crise do trabalho já é fortemente percebida nos países periféricos, mas também nos centrais. No Haiti, onde mais de 90% da população vive na informalidade, ela se apresenta de forma escancarada. Assim como Paulo Arantes (2023) trata do Brasil e da “fratura brasileira do mundo”, nos indagamos se o Haiti poderia ser um espelho do futuro. Em outras palavras, o futuro seria a “haitianização” do mundo? Diante deste contexto, qual seria o papel da mobilidade da força de trabalho? Fica o convite ao debate.

Agradecimentos

A autoria agradece à Capes pelo financiamento da pesquisa que contribuiu para o desenvolvimento teórico deste texto e aos coordenadores do Projeto de Extensão sobre América Latina.

Referências

ARANTES, Paulo. **A fratura brasileira do mundo**: visões do laboratório brasileiro da mundialização. São Paulo: Ed. 34, 2023

BOECHAT, Cássio Arruda. Mobilidade do trabalho no Brasil. A recepção da obra de Jean-Paul de Gaudemar e uma perspectiva crítica para os estudos migratórios. **Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Espírito Santo, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26647>. Acesso em: 20/12/2024.

CANETTIERI, Thiago. Ornitórrinco reloaded: uberização e virações contemporâneas na crise do capital. **Caderno CRH**, Salvador, v.36, p.1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/68dqgt3tyQCWWjrrwWBDqNJ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 01/09/2025.

CASIMIR, Jean. **Haiti**: acuérdate de 1804. Tradução de Betina Keizman. México: Siglo XXI, 2007.

DUBOIS, Laurent. **Haiti**: The aftershocks of history. New York: Picador, 2012.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

FINAZZI, João Fernando. **Estados Unidos, forças armadas e polícia na construção do Haiti contemporâneo**. Tese de doutorado em relações internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/27814> . Acesso em: 10/07/2024.

FRENAT, Faniel; JÚNIOR, Waldemar João Wesz. Liberalização do mercado no Haiti e seus efeitos sobre a produção do arroz. **Rev. NERA** | Presidente Prudente, SP | v. 27, n. 3 | e10409 | 2024. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i3.10409> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nera/a/4Jd7bMrFkS4mbKcwr7k9WSg/#:~:text=Os%20resultados%20apontam%20que%2C%20a,pa%C3%ADs%20sem%20nenhuma%20tarifa%20aduaneira.> Acesso em: 17/03/2025

INTERSINDICAL. **Greve geral no Haiti**. Publicado em 23 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.intersindical.org.br/2017/05/23/greve-geral-no-haiti/> . Acesso em: 24/04/2025

JESUS, Alex Dias de; GOETTERT, Jones Dari. O Haiti e a alternativa migratória. **Entre lugar**. V. 12, n.24, 2021. pp. 18-48. DOI: <https://doi.org/10.30612/rel.v12i24.15222>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/15222> Acesso em: 02/03/2025.

JOHNSTON, Jake. **Aid state**. Elite panic, disaster capitalism, and the battle to control Haiti. New York: St. Martins Press, 2024.

JORGE, Otávio Calegari. **CODEMÒ**: escravos sem grilhões. Vida operária ao redor da zona franca CODEVI em Ouanaminthe, Haiti. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/936281> . Acesso em: 16/04/2024

LEMOINE, Maurice. Os escravos do Bicentenário. **Le Monde Diplomatique**. Publicado em 01/09/2004. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-escravos-do-bicentenario/> . Acesso em: 24/04/2025.

Marx, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. https://ilostat.ilo.org/data/country-profiles/?ref_area=HTI Acesso em: 23/04/2025.

PEREIRA, Bethânia Santos. **Uma nação em construção**: trabalho livre e soberania no Código Rural haitiano (1826-1843). Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=495532> . Acesso em: 18/09/2024

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti**. State against nation. The origins and legacy of duvalierism. Monthly Review New York: Press, 1990.